

Ganhos e perdas

IMPORTÂNCIA DO AVANÇO PROPICIADO PELA REFORMA PREVIDENCIÁRIA VEM SENDO SUBESTIMADA

*Rogério L. Furquim Werneck**

A aprovação da Reforma da Previdência na Câmara, em primeiro turno, vem ensejando avaliações da relação custo-benefício da enorme mobilização de recursos políticos feita nos últimos meses, para assegurar a vitória do governo nas votações das emendas constitucionais propostas. Não tem faltado quem já se disponha a concluir que os benefícios acabaram sendo tão limitados que não chegaram a compensar os custos. Há análises mais sérias, contudo, como a que vem sendo feita pela equipe de pesquisadores da USP liderada por Hélio Zylberstajn, que sugerem que a reforma deverá permitir redução substancial do passivo previdenciário do setor público. Mas o que talvez não esteja recebendo a devida atenção é o lado qualitativo do avanço propiciado pela reforma. Uma analogia com a avaliação de resultados de operações militares pode ser elucidativa. Em certas operações, importa menos levar em conta quantos quilômetros as tropas conseguiram avançar do que perceber que, com o deslocamento, a posição se tornou incomparavelmente mais favorável. Por exemplo, quando o avanço, por pequeno que seja, implica ruptura das linhas de defesa adversárias.

A batalha da reforma previdenciária está longe de ser uma operação militar. Mas a verdade é que, nos últimos anos, o avanço da reforma vinha sendo obstado por interesses encastelados em sólida linha de resistência. Ainda há poucos meses, várias das mudanças agora aprovadas eram consideradas simplesmente inviáveis por muitos analistas. E desdenhadas como “coisa de quem não conhece o Congresso”. No caso do regime previdenciário dos servidores públicos, não faltava quem achasse completamente despropositado sequer imaginar que o Legislativo pudesse aprovar o fim da aposentadoria automática com salário integral, a aplicação de desconto no pagamento de pensões, a contribuição de inativos, reajustes de benefícios desvinculados de aumentos salariais do pessoal ativo, fortes desincentivos à aposentadoria precoce e fundos de previdência complementar em regime de contribuição definida. Em alguma medida, tudo isto foi agora aprovado. Não é pouco.

Mas o que não está sendo devidamente percebido é que a ruptura da linha de resistência à reforma, em tantos pontos, significa um avanço fundamental em termos de quebra de rigidez. Obstáculos que pareciam intransponíveis foram superados. Princípios que se afiguravam imutáveis foram abandonados. Velhos tabus foram desinterditados. E a opinião pública vem mostrando um nível de conscientização sobre a questão previdenciária surpreendentemente alto. O que afinal se vislumbra, portanto, caso a reforma acabe de fato sendo aprovada em dois turnos, na Câmara e no Senado, é um sistema previdenciário incomparavelmente mais maleável do que o que hoje se

tem. Um avanço da maior importância, porque implica ganho substancial de graus de liberdade para ajustes nas contas da Previdência no futuro.

Seria ingênuo supor, como chegou até a ser aventado, que a questão previdenciária no País esteja agora definitivamente resolvida. De fato, é pouco realista até mesmo supor que não haverá necessidade de novas mudanças por muitos anos. É perfeitamente possível que, em prazo relativamente curto, novos ajustes se mostrem necessários. Ao tornar o sistema previdenciário mais maleável, a atual reforma facilita sua adaptação a situações novas. De um ponto de vista mais amplo, isso significa que, além do alívio direto que a reforma deverá trazer às contas públicas, há um substancial efeito qualitativo indireto a ser considerado, advindo da redução do grau de rigidez da estrutura de gastos. Menos rigidez implica maior capacidade de resposta, um quadro fiscal menos precário e, portanto, mais espaço de manobra para a política macroeconômica.

Mas é fundamental que o governo saiba preservar os ganhos propiciados pela Reforma da Previdência. Será lamentável se, depois de tanto esforço para dar mais solidez às contas previdenciárias, o Executivo acabar cedendo a pressões em favor de medidas que, em pouco tempo, podem comprometer boa parte dos resultados desse esforço. Exatamente quando se conseguiu -- ainda que na undécima hora da complexa votação do texto principal da reforma -- que fosse aprovada a exigência de que os fundos de previdência complementar para novos servidores sejam de contribuição definida, vem sendo aventada em Brasília preocupante investida sobre os fundos de pensão já existentes. O que se aventa é a ampla utilização de recursos desses fundos para financiamento de projetos de investimento em infraestrutura.

Se a participação dos fundos em tais projetos for voluntária e jamais perder de vista os melhores interesses dos cotistas, não haverá razões para apreensão. O que causa preocupação é a possibilidade de que se exija participação compulsória dos fundos em projetos de baixo retorno. Como são, em boa parte, fundos de pensão estatais em regime de benefício definido, obrigatoriedade (formal ou informal) de destinação de recursos a tais financiamentos deve fazer soar o alarme. Prenuncia desdobramentos deploráveis e mais do que conhecidos. Descasamentos e rombos que no fim das contas teriam de ser bancados pelo Tesouro. Trata-se, portanto, de simples e vultosa encomenda de mais dívida pública, que poderia rapidamente botar a perder o que a tão duras penas se conseguiu ganhar com a Reforma da Previdência.

* Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.